



Capital humano acumulado é dos melhores ativos intangíveis de Portugal

A hipótese de mensuração para os ativos intangíveis; a recusa de ver a contabilidade como um «custo de contexto»; as exigências da profissão; a fiscalidade pouca amiga de quem investe em I&D e uma crise que ameaça afastar os estudantes. Ideias a conferir com Ana Bandeira.

Texto **Jorge Magalhães** Fotos **Cláudia Ribeiro**

Vencedora do prémio Professor Doutor António Sousa Franco 2010, atribuído recentemente pelo Gabinete de Estudos da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, Ana Bandeira apontou baterias à problemática dos ativos intangíveis, tentando colmatar a falta de consenso generalizado quanto à contabilização das despesas de investigação e desenvolvimento. O resultado de alguns anos de trabalho e milhares de horas de estudo leva-a a admitir que a sua proposta de medida pode contribuir para ultrapassar deficiências do modelo contabilístico atual, ao mesmo tempo que deixa um alerta às empresas, apesar da envolvente difícil: ao abdicarem de investimentos em I&D podem estar a comprometer a sua continuidade no mercado.

Porque os tempos estão em constante e rápida mudança, esta docente do ISCAP deixa alguns conselhos aos TOC: formação contínua ao longo de toda a vida, necessida-

de de aprofundar as vertentes éticas e deontológicas e a certeza de que, nos dias que correm, não chega ser bom contabilista, uma vez que «as lentes antigas não captam a nova economia».

A recusa de ver a contabilidade como um «custo de contexto», a certeza de que a fiscalidade portuguesa é pouco amiga da investigação e desenvolvimento, o apelo para que Contabilidade e Auditoria melhorem, em conjunto, o processo de preparação e certificação do relato financeiro são outras das ideias aqui desenvolvidas.

TOC – Foi a mais recente vencedora do Prémio Professor Doutor António de Sousa Franco, atribuído pelo Gabinete de Estudos da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas. O que significa para si este galardão?

Ana Bandeira – No essencial, este prémio representa o reconhecimento público de um trabalho árduo, longo e solitário. Representa também um reconhecimento pú-

blico aos meus familiares e a todos os meus professores; aos primeiros, desde logo, pelo tempo de ausência, aos segundos pelos ensinamentos que me transmitiram e que facilitaram a sua realização.

TOC – O livro «Ativos intangíveis e atividades em I&D» resultou do trabalho desenvolvido para a sua tese de doutoramento. De forma resumida, o que é que se pode encontrar nesta obra?

A. B. – Este livro publicado pela «Vida Económica» tem como objetivo colmatar as deficiências do modelo contabilístico atual, contribuindo para a clarificação da discussão existente nos organismos internacionais ao nível do registo das despesas com as atividades de I&D e, nessa sequência, contribuindo para a melhoria do relato financeiro. A análise efetuada enfatiza diversos pontos essenciais como, por exemplo, a importância dos ativos intangíveis no mundo atual, caracterizado pelo

intenso progresso tecnológico responsável pela nova dinâmica introduzida ao nível da vantagem competitiva das empresas. É então realizada uma análise crítica ao papel da contabilidade, destacando-se o estado da arte, as dificuldades, os desafios subjacentes, a explanação de alguns conceitos e o facto da ausência de um consenso generalizado quanto à contabilização das despesas de I&D resultar da dificuldade existente ao nível da sua imputação ao ativo intangível, devido a problemas relacionados com a correta avaliação do valor. Porque não existe na literatura um modelo de avaliação e valorização universalmente aceite, prossegue-se com a proposta de modelos de valorização dos ativos intangíveis resultantes de atividades de I&D. Com base nos modelos desenvolvidos pretende-se contribuir para que a informação prestada pelas demonstrações financeiras possa ser melhorada. Essa melhoria decorre, pois, do reconhecimento mais correto do valor desses intangíveis, permitindo-se, por via disso, que se possa estreitar a disparidade entre os valores contabilístico e de mercado de uma empresa e, assim, elevar a relevância do relato financeiro.

TOC - Qual é o público-alvo?

A. B. - Destina-se a investigadores e profissionais de contabilidade, estudantes e utilizadores da informação contabilística em geral. Destina-se a investigadores na medida em que se deseja que a investigação a este nível continue de modo a aperfeiçoar ainda mais os resultados obtidos. Dirige-se a profissionais de contabilidade porque nesta obra podem encontrar solução para um problema.

Orienta-se para os estudantes para que possam compreender o estado da arte a este nível. É igualmente útil para os utilizadores em geral da informação contabilística porque, estando escrito em linguagem “corrente”, pode ser apreendido por todos.

TOC - Quais as dificuldades que encontra no normativo nacional e internacional que dificultam a classificação contabilística destes ativos?

A. B. - A este propósito convém referir que a investigação está relacionada com a ‘descoberta’, pelo que só gera benefícios económicos após o seu desenvolvimento. O desenvolvimento está relacionado com a exploração planeada e controlada da ‘descoberta’ e, por isso, é suscetível de proporcionar benefícios económicos futuros. Ou seja, é suscetível de ser considerada como um ativo. Subjacente aos conceitos de I&D encontra-se, pois, a natureza inovadora dessas atividades, o que permite destriçar estas de outras de carácter científico e técnico. Em termos contabilísticos coloca-se o problema da medida do progresso técnico resultante da I&D que, naturalmente, condiciona o reconhecimento contabilístico destas atividades como ativo intangível. Com base nas metodologias desenvolvidas é possível determinar o valor desses ativos. Na minha opinião, e em linha com a literatura existente, sobre esta matéria, considero que os intangíveis devem ser medidos e tratados de forma análoga aos tangíveis e, por isso, devem ser apresentados nas demonstrações financeiras. Esta posição apenas difere do entendimento do normativo contabilístico porque este tem



subjacente a impossibilidade de medida e, assim, consideram que os intangíveis devem ser tratados de forma diferente devido às suas características que supostamente impõem dificuldades de previsão dos benefícios futuros associados e, portanto, dificuldades de reconhecimento como ativo.



PERFIL

Ana Maria Alves Bandeira é professora adjunta no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. Doutorou-se em Ciências Empresariais, com especialidade em Contabilidade, pela Faculdade de Ciências Empresariais da Universidade de Vigo com a tese intitulada «Determinantes do valor dos ativos intangíveis resultantes de atividades de I&D». Mestre em Contabilidade e Administração pela Universidade do Minho com a dissertação intitulada «Sinais de Alerta de Crise Empresarial face aos Resultados Contabilísticos: Estudo do Caso Português» e licenciada em Contabilidade e Administração pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. Atualmente, é a diretora da licenciatura em Contabilidade e Administração e do mestrado em Contabilidade e Finanças do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. É membro da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e autora de diversas publicações científicas em revistas nacionais e internacionais.

TOC – A este respeito, há caminhos e soluções que gostaria de vincar?

A. B. – Apesar da sua especificidade, é relativamente consensual na literatura que os ativos intangíveis não são menos ativos que os tangíveis. O grande problema que se tem colocado está na sua correta avaliação. Ora, ao exigir-se que

a contabilidade produza demonstrações financeiras que informem corretamente os seus destinatários, está-se forçosamente a solicitar que avalie corretamente os intangíveis. Assim, considero que se deve encontrar um modelo de avaliação destes ativos que seja aceite por todos e, nesse contexto, se deve se-

guir a literatura existente, tratando os intangíveis de modo semelhante aos tangíveis. Com efeito, no mundo atual caracterizado pelo forte progresso técnico, esses ativos são cada vez mais cruciais na determinação do valor da empresa. Ou seja, não existindo um modelo universalmente aceite de valorização



de intangíveis resultantes de I&D, o que, em parte, justifica a discussão existente sobre a sua contabilização como ativo ou como gasto do exercício, parece-me que a minha proposta de medida pode contribuir para colmatar as deficiências do modelo contabilístico atual nesta matéria. É importante salientar que atualmente não chega apenas ser um bom contabilista, é necessário que a contabilidade forneça os instrumentos necessários, pois as lentes antigas não captam a nova economia, na qual o valor é fortemente concebido por bens intangíveis, nomeadamente ideias, marcas e métodos de trabalho.

TOC - O seu livro apresenta, precisamente, uma hipótese de mensuração para os ativos intangíveis resultantes da investigação e desenvolvimento. O resultado deixa-a satisfeita?

A. B. - Tendo desenvolvido uma hipótese de mensuração naturalmente que o resultado me deixou muito satisfeita. Já agora devo salientar que, num primeiro modelo de cariz mais teórico, baseado em teoria económica estilizada, determinou-se o valor teórico de uma patente, construindo para o efeito tabelas de valor. Estas tabelas de valor podem ser facilmente utilizadas por empresas que desejem mensurar as suas patentes. Num segundo tipo de modelo, de índole mais empírica, validou-se, com base em técnicas econométricas, o modelo anterior e a conclusão a que cheguei, face à boa qualidade dos ajustamentos obtidos, é a da robustez dos resultados. No fundo, o valor dos ativos intangíveis corresponde ao valor atual – usando uma taxa de atualização adequada e correspondendo ao custo de capital da empresa – da

A Contabilidade é fundamental para que a informação seja clara, objetiva, comparável e fiável. Neste cenário, não me parece, de todo, que seja um custo de contexto.

variação (positiva) de resultados. O resultado do trabalho deixou-me, pois, bastante satisfeita.

TOC - Olha-se para os termos «ativo» e «intangível» e vemos ambiguidade, uma vez que nos remete para algo que não é palpável, que é intocável. É possível mensurar realidades com estas características?

A. B. - Sim, com efeito, com o desenvolvimento teórico existente e com as técnicas conhecidas é possível medir estas realidades, da mesma maneira que é possível medir realidades tão impalpáveis como, por exemplo, o peso da economia paralela na economia oficial.

TOC - É vantajoso para uma empresa investir em I&D? Qual o retorno que pode ter a curto e médio/longo prazo?

A. B. - De acordo com o estudo desenvolvido posso afirmar que sim. Na verdade, os resultados sugerem que um aumento do peso do investimento em I&D nos capitais próprios de um por cento provoca, em média e com tudo mais constante, um aumento da rentabilidade dos capitais próprios de 0,7740 por cento no curto prazo e de 1,030 por cento no longo prazo. Ou seja, o investimento em I&D tem um efeito superior sobre a rentabilidade dos capitais próprios no longo prazo e esta conclusão vai na linha dos resultados obtidos por outros autores.

Este aspeto é de enfatizar já que, “olhando” apenas para o menor resultado conseguido no curto prazo, podemos ser induzidos a enfraquecer os investimentos em I&D, o que pode levar ao comprometimento das vantagens competitivas das empresas no futuro.

TOC - As empresas necessitam e precisam de estar preparadas para os novos desafios e a I&D poderá ser uma ajuda nesse sentido. O atual contexto económico poderá ser um entrave? Sente que as empresas poderão estar a abdicar de I&D?

A. B. - As empresas necessitam e precisam de estar preparadas para os novos desafios e, na minha opinião, a I&D poderá ser certamente uma ajuda. Este é um assunto generalizado e consensual na literatura. De facto, a atual conjuntura económica caracterizada pela existência de um produto interno bruto efetivo abaixo do potencial, não é favorável ao investimento devido à dificuldade de recursos financeiros e, por isso, algumas empresas podem abdicar inevitavelmente destes investimentos. Contudo, se for esse o caso, e tendo em conta o que foi dito anteriormente, estarão certamente a comprometer a sua continuidade no mercado.

TOC - A fiscalidade portuguesa é amiga de quem investe em I&D?

A. B. - Creio que a fiscalidade portuguesa deveria ser mais amiga dos

investidores em I&D, com vista a potenciar o seu investimento a relançar a economia em termos de crescimento. Penso até que, no contexto de necessidade de cumprimento dos critérios orçamentais impostos pela União Europeia, se deveria permitir um maior défice caso os recursos fossem usados em I&D. Se assim fosse as empresas tenderiam a ser mais competitivas e esta poderia ser uma forma de promover a coesão económica e social na Europa.

TOC - A contabilidade e os técnicos oficiais de contas ficaram a ganhar com a mudança de paradigma do universo POC para o universo SNC?

A. B. - A mudança do POC para o SNC foi uma revolução que ocorreu na Contabilidade. Na minha opinião, um aspeto positivo tem a ver com o intenso processo formativo que os técnicos oficiais de contas tiveram que realizar e que, naturalmente, potenciou os seus conhecimentos. Ou seja, os técnicos oficiais de contas ficaram mais habilitados, o que se traduz necessariamente numa melhoria qualitativa do relato financeiro produzido e, por este motivo, a contabilidade em Portugal saiu beneficiada. Como exemplo temos o caso do anexo que, de acordo com o POC, era um documento pobre e que, agora, com o SNC, tem que ser elaborado com maior cuidado e detalhe. A contabilidade é também beneficiada por ver o seu normativo contabilístico harmonizado em linha com o que a União Europeia determinou para os seus Estados membros. A não adoção das normas internacionais de contabilidade e de relato financeiro e, por conseguinte, do SNC, seria desastroso para a Contabilidade em Portugal e, consequentemente, para o nosso País.

TOC – Há quem diga que o SNC potenciará os conflitos com a administração fiscal. Comunga desta opinião?

A. B. – No nosso país, tal como noutros da Europa continental, a Contabilidade e a Fiscalidade sempre estiveram muito ligadas. Com a entrada em vigor do SNC, que tem por base uma filosofia anglo-saxónica em que a Contabilidade está separada da Fiscalidade, é natural que os conflitos com a administração fiscal sejam potenciados.

TOC – Num outro contexto, há quem entenda, a nível nacional e europeu, a contabilidade como um custo de contexto. Que razões podem sustentar uma posição desta natureza? É possível ter informação patrimonial fiável de uma empresa sem a contabilidade?

A. B. – Antigamente a Contabilidade era vista como um mal necessário. Hoje, na minha perspetiva, já não é assim. Atualmente as empresas estão em permanente contacto com o meio envolvente, ou seja, clientes, fornecedores, trabalhadores, banca, investidores, Estado, entre outros, que lhe exige a elaboração de informação financeira o mais fidedigna possível. De facto, uma envolvente económica mutável, como aquela em que estamos inseridos, implica necessariamente maiores dificuldades de gestão e os diferentes utilizadores da informação financeira estão mais exigentes e querem um tratamento cada vez mais exclusivo. A contabilidade é, assim, fundamental para que a informação seja clara, objetiva, comparável e fiável. Neste cenário, não me parece, de todo, que a contabilidade seja um custo de contexto.

TOC – As normas internacionais de contabilidade têm suscitado um

No contexto de necessidade de cumprimento dos critérios orçamentais impostos pela União Europeia, deveria permitir-se um maior défice caso os recursos fossem usados em I&D.

coro de críticas, apoiado nos recentes escândalos contabilísticos. É das que olha com ceticismo para estas normas e para a forma como apareceram e são geridas?

A. B. – As normas internacionais sempre foram alvo de críticas, nomeadamente no que se refere ao teor de subjetividade que algumas contêm, tendo essas críticas sido intensificadas com o aparecimento de escândalos financeiros. É do conhecimento de todos que o atual modelo contabilístico não é perfeito, apresenta falhas tal como aquela que eu apresento no meu estudo sobre a I&D. Em todo o caso, tem havido uma grande preocupação por parte dos principais organismos internacionais no sentido de reduzir essas falhas. O processo de preparação e certificação da informação financeira de empresas, como aquelas que foram alvo de escândalos contabilísticos, passa por vários intervenientes, desde contabilistas a auditores. Por isso, sou de opinião que a contabilidade e a auditoria, em conjunto, têm que aprimorar o processo de preparação e certificação do relato financeiro.

TOC – Nunca haverá um sistema totalmente imune às fraudes. Significa isto que será necessário reforçar a componente ética e deontológica de quem lida com estas questões?

A. B. – Estou totalmente de acordo. Também considero que nunca haverá um sistema totalmente imune a fraudes. O ser humano é muito criativo. Mas é possível fazer com que sejam, de forma generalizada, evitadas e isso passa necessariamente pela componente ética e deontológica. No que se refere às matérias deontológicas, a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas tem tido uma atitude notável uma vez que possui um código de ética e deontologia onde estão claramente definidos os princípios e as regras deontológicas a seguir. Nos seus estatutos está claramente apresentado o processo disciplinar e exige também aos seus candidatos a prova desses conhecimentos. O profissional de contabilidade tem um elevado risco social, pois se um falha toda a sua classe profissional é afetada. Por exemplo, se os telejornais abrirem com a informação de que um contabilista cometeu uma enorme fraude numa determinada empresa, o que é que a maioria das pessoas vai pensar?

TOC – É docente numa das escolas com mais pergaminhos a nível contabilístico. Sente que o ensino nesta área poderá ser fortemente atingido pelo agudizar da crise que

vivemos, com encerramento diário de empresas e redução do mercado para os futuros TOC?

A. B. – O ensino nesta área pode ser atingido mas não será certamente abalado. Com a menor atividade económica é natural que, no curto prazo, possa existir menor procura destes profissionais. Além disso, devido à falta de recursos, a crise pode afastar do ensino estudantes com muitas capacidades. Contudo, o ensino não será seguramente abalado porque profissionais de contabilidade vão ser sempre necessários. Em particular, sendo o ISCAP uma instituição de ensino superior centenária, já com 125 anos, irá ser sempre procurada pelas suas competências.

TOC – Ser TOC é estar em formação a vida inteira. Os seus alunos têm consciência de que quando terminam a licenciatura estão apenas a dar mais um passo num processo de permanente atualização?

A. B. – Sem dúvida. Esta é uma profissão onde o estudo e a formação têm que existir ao longo da vida. Pessoalmente, procuro transmitir permanentemente essa mensagem aos meus alunos. Em todo o caso, creio que ao longo do percurso académico fica claro para os estudantes que terão que estar sempre em permanente atualização.

TOC – Exerceu funções de perita nomeada pelos tribunais. Esta é uma área que pode e deve ser melhor explorada pelos técnicos oficiais de contas? É um desafio e uma experiência a repetir?

A. B. – Foi uma experiência e valeu por isso. Parece-me, de facto, uma área que pode e deve ser melhor explorada pelos técnicos oficiais



de contas e que deve ser solicitada pelos tribunais.

TOC – Para terminar: qual o melhor ativo intangível de Portugal?

A. B. – É uma pergunta difícil. Genericamente, e de uma forma sonhadora, parece-me que é a história

de Portugal e as capacidades que se podem retirar do sol maravilhoso que temos. Em termos específicos, e tendo por base a nossa história, que nos dá uma identidade muito própria, considero que o capital humano acumulado é um dos melhores ativos intangíveis de Portugal. ✂